MOBILIDADE SULISTA DO CAPITAL E DA FORÇA DE TRABALHO PARA O MATO GROSSO DO SUL: MODERNIZAÇÃO AGROINDUSTRIAL, DESCOMPASSOS E CONTRADIÇÕES SÓCIO-TERRITORIAIS

SOUTHERN MOBILITY OF CAPITAL AND WORKFORCE FOR THE MATO GROSSO DO SUL: MODERNIZATION AGROINDUSTRIAL, MISMATCH AND CONTRADICTIONS SOCIAL AND TERRITORIAL

EL SUR DE MOVILIDAD DEL CAPITAL Y FUERZA LABORAL PARA EL MATO GROSSO DO SUL: MODERNIZACIÓN AGROINDUSTRIAL, DESAJUSTE Y LAS CONTRADICCIONES SOCIAL Y TERRITORIAL

MARCOS LEANDRO MONDARDO

UFBA

marcosmondardo@yahoo.com.br

RESUMO: Analisamos aqui as mutações geográficas recentes em Mato Grosso do Sul, especialmente no município de Dourados, a partir da década de 1970 com a mobilidade sulista de trabalhadores e do capital (ou daqueles atores que *personificam* o capital e a força de trabalho), criando e territorializando redes de uma "modernização agrícola" de conexões globais vinculadas principalmente ao complexo agroindustrial da soja e difundida, em grande medida, por migrantes sulistas que conjugam tentativas de controle político e econômico com um redesenhar de territórios que produzem uma nova dinâmica sócio-territorial. Essa entrada avassaladora da monocultura da soja e do agronegócio manifesta mudanças que operam tanto sobre o espaço agrícola como no urbano, revelando processos contraditórios da recente modernização implementada que se caracteriza por realizar descompassos e contradições sócio-territoriais pois, ao mesmo tempo em que produz riqueza reproduz pobreza e precarização das condições de vida das populações locais, sendo os indígenas os sujeitos exemplares desse processo de precarização sócio-territorial.
Palavras-chave: mobilidade do capital e da força de trabalho; territorialização; modernização; precarização; Dourados.

ABSTRACT: We analyze here the recent geographical changes in Mato Grosso do Sul, especially in Dourados, from the 1970s to the southern mobility of labor and capital (or of those actors who embody the capital and labor), creating and territorial networks of "agricultural modernization" of global connections, linked mainly to the agroindustrial complex of soy and disseminated to a large extent by Southern migrants who attempt to combine political and economic control and a redrawing of territories that produce a new dynamic socio-territorial. This entry overwhelming of soybean monoculture and agribusiness obvious changes that operate on both the agricultural areas and in urban, revealing contradictory processes of recent modernization of which is characterized by contradictions and mismatches achieve socio-territorial because, while it produces wealth reproduces poverty and precarious living conditions of local populations, and the indigenous subjects examples of this process precarious socio-territorial.
Key-words: capital and labor force; territorial; modernization; impoverishment; Dourados.

RESUMEN: Se analizan aquí los recientes cambios geográficos en Mato Grosso do Sul, especialmente en Dourados, a partir de la década de 1970 al sur de la movilidad de mano de obra y el capital (o de los actores que personifican el capital y el trabajo), la creación de y las redes territoriales de la "modernización agrícola" de las conexiones mundiales, principalmente vinculadas al complejo agroindustrial de la soja y difundidos en gran medida por los migrantes del Sur que intentan conciliar el control político y económico y un nuevo trazado de los territorios que producen una nueva dinámica socio-territorial. Esta entrada aplastante de monocultivo de soja y de la agroindustria cambios obvios que operan tanto en las zonas agrícolas y en las zonas urbanas, los procesos contradictorios de la modernización revelar reciente de las cuales se caracteriza por las contradicciones y discrepancias lograr socio-territorial, ya que, mientras se produce la riqueza reproduce la pobreza y precarias condiciones de vida de las poblaciones locales, y los ejemplos indígenas sujetos de este proceso socio-territorial precaria.
Palabras-claves: el capital y fuerza laboral; territorial; la modernización; empobrecimiento; Dourados.

INTRODUÇÃO

Este estudo trata das mutações geográficas recentes em Mato Grosso do Sul, especialmente em Dourados, a partir da década de 1970 com a mobilidade sulista de trabalhadores e do capital (ou daqueles atores que *personificam* o capital e a força de trabalho), criando e territorializando redes de uma "modernização agrícola" de conexões globais vinculadas principalmente ao complexo agroindustrial da soja e difundida, em grande medida, por migrantes sulistas, que conjugaram tentativas de controle político e econômico e de um redesenhar de territórios que não apenas corroboram para essa nova dinâmica territorial, mas também envolvem a tentativa de legitimar o domínio e até mesmo a criação de (novas) unidades político-administrativas no estado.

É importante lembrar que toda essa dinâmica envolve o processo de mobilidade de sulistas e do capital que deslocaram cooperativas agrícolas dos estados do Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e, a partir da década de 1970, impulsionados pelo Estado e pela grande "oferta" de terras, "invadem" o interior do Brasil e, portanto, Mato Grosso do Sul, para a expansão da fronteira agrícola (OLIVEIRA, 1996), da fronteira demográfica (TAVARES DOS SANTOS, 1993; GOETTERT, 2008) e da frente pioneira (MARTINS, 1997).

Neste contexto, para compreender o recorte temporal (1970 a 2009) e espacial (o município de Dourados, em Mato Grosso do Sul), é importante discutirmos algumas transformações nacionais e globais que ocorreram a partir de 1970, sobretudo em relação à mudança do regime de acumulação e a emergência da globalização, que participaram diretamente dessa mobilidade sulista do capital e da força de trabalho.

Algumas mudanças ocorridas nas últimas décadas, especialmente aquelas referentes ao processo de acumulação do modo de produção capitalista foram substanciais, ocasionando constantes transformações que condicionaram, por exemplo, sujeitos, grupos e/ou classes a migrar. A transição do sistema de acumulação fordista pelo sistema de acumulação flexível, que se inicia nas décadas de 1970 e 1980, proporcionou "um conturbado período de reestruturação econômica e de ajustamento social e político" (HARVEY, 1994, p. 140) que acarretaram, dentre outros processos, na globalização, isto é, "do processo de modernização que se deu em função da formação e generalização das relações da forma mercadoria no âmbito da criação do mercado mundial" (HEIDEMANN, 1998, p. 15), e na compressão do tempo-espaço que compreende a aceleração (desigual) do capital, da força de trabalho e das informações em escala mundial (HARVEY, 1994).

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 26), com a compressão do tempo-espaço houve a intensificação das relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados (e condicionantes) por eventos que acontecem a milhas de distância, criando uma enorme capacidade de *mobilizar* e *imobilizar* capital e força de trabalho pelo espaço geográfico. Essas transformações possibilitaram o maior deslocamento de fluxos de pessoas, de informações, de capitais e do desenvolvimento/espraiamento (desigual) do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2004). Essa mudança resultou em novas/velhas formas de mobilidade espacial do capital e da população como, por exemplo, a do capital monopolista e financeiro e da força de trabalho sulistas para o Mato Grosso do Sul.

No Brasil, a partir da década de 1970 o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional demonstrou a expressão geográfica da globalização no território. Conforme Santos & Silveira (2006, p. 49), "os anos 70 são também um marco na modernização da agricultura, no desenvolvimento do capitalismo agrário, na expansão das fronteiras agrícolas", "na intensificação dos movimentos dos trabalhadores volantes – os bóias-frias" e de migrantes em busca de terra e trabalho. Da *união* entre e ciência e a técnica difunde-se e configura-se no território brasileiro novos e poderosos recursos da informação com o período da globalização, sob a égide do mercado global financeiro. O mercado, aliás, graças à fusão da ciência, da técnica e da informação, torna-se global(izado).

O território brasileiro, assim, ganhou (desigualmente) novos conteúdos, novas relações, novos usos, apropriações e dominações graças às enormes possibilidades da produção, mas,

sobretudo, das novas possibilidades de circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias, das informações, das ordens e, em grande medida, de pessoas na condição de personificadores da mobilidade do capital ou na condição de força de trabalho para o capital (VAINER, 2005).

Inserido neste contexto, o estado de Mato Grosso do Sul vive uma fase de transformação desde a década de 1970 (o sul do então Mato Grosso, até 1977 quando foi desmembrado Mato Grosso do Sul), com cada vez mais importância e participação da ciência, da técnica e da tecnologia no processo de produção/organização do território e da mobilização do capital e da mobilidade da força de trabalho, tendo grande destaque por sua magnitude e quantidade a de origem sulista. Surgiram novas territorializações do capital com o complexo agroindustrial da soja (MÜLLER, 1989) e novas territorialidades com a mobilidade espacial da população como a dos sulistas que migraram de seus estados de origem para o Mato Grosso do Sul em busca de terras e do interesse em adentrar no mercado da moderna agricultura da soja nas terras planas.

Buscaremos compreender, aqui, a mobilidade sulista do capital e do trabalho tendo como recorte territorial, especificamente, o município de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul. Nosso objetivo com isso é analisar o novo padrão de acumulação implementado pelo complexo sojífero a partir da década de 1970, em Dourados, procurando compreender as implicações realizadas com o modelo agroindustrial implantado para a ampliação dos fluxos considerados, aqui, a mobilidade sulista do capital e do trabalho que participam do processo gerador do novo movimento de acumulação. No interior desse processo da mobilidade do capital e da força de trabalho sulista para o município de Dourados, em Mato Grosso do Sul, entre 1970 e 2009, no contexto do novo padrão de acumulação com as modernizações do território operadas pelo complexo agroindustrial, consubstancias e circunscritas pela monocultura da soja demonstraremos os conflitos gerados com as populações os indígenas.

A metodologia da pesquisa teve um caráter exploratório pois além do trabalho bibliográfico e documental para captação das informações e do referencial teórico necessário à interpretação, foram realizados levantamentos de dados e de estudos já realizados em Dourados e Mato Grosso do Sul em prefeituras, órgãos públicos e privados, em Universidades além das observações, dados e informações obtidas durante o trabalho de campo realizado entre 2007 e 2009 em Dourados.

A mobilidade do capital e da força de trabalho na fronteira agrícola

O território brasileiro se formou a partir da mobilidade espacial da população (de nacionais e de estrangeiros) num processo de re-ocupação e re-apropriação de áreas. É no interior do processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo que se deu a mobilidade do trabalho para a definição e construção da sociedade brasileira a partir, por exemplo, da expansão da fronteira agrícola e demográfica, sobretudo, a partir de 1940. De acordo com Alves (2006) a dinâmica migratória esteve condicionada à produção de mercadorias e a expansão do capitalismo pelo interior do território nacional, pois, ao mesmo tempo em que o capital escolhe uma área para a produção de uma mercadoria, escolhe uma classe e/ou grupo social e a coloca em movimento em função dos seus interesses e do projeto que está sendo desenvolvido.

Nessa perspectiva, o sujeito é mobilizado caracterizando aquilo que Gaudemar (1977, p. 17) chamou de *mobilidade forçada*, pois, "Toda estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade *forçada*". Ou, como afirma Heidemann (1998, p. 17), "O migrante (...) é um protagonista social e cultural, como sujeito histórico, isto é, *sujeito sujeitado* a uma organização econômica e social, que determina os comportamentos e as atuações do migrante".

Nesse processo, reproduz-se, conforme Peliano (1990, p. 97), a instituição da propriedade privada dos meios de produção: de um lado os proprietários das condições objetivas de trabalho, personificando o capital; e, de outro os não-proprietários, personificando o trabalho. Há desse modo, uma relação indissociável, contraditória e desigual entre o deslocamento daqueles migrantes que personificam o capital e daqueles migrantes que personificam o trabalho.

Segundo Peliano (1990, p. 100), o processo de expansão do capital requer sua mobilidade continua e progressiva em busca de novos espaços econômicos de valorização. E o processo de valorização do capital implica a alteração crescente de sua composição orgânica da área onde irá projetar suas relações econômicas. O processo de expansão do capital recria suas relações de produção em espaços econômicos novos, assim parte dos trabalhadores emigra seguindo o capital em emigração espacial.

Assim, entendemos que a migração está vinculada à mobilidade do trabalho, ou seja, a propriedade que todo homem possui enquanto trabalhador (ou mercadoria) de vender sua força de trabalho e se deslocar de acordo com as regras ditadas pelo capital. Sobre relação entre capital e trabalho, Gaudemar afirma que:

> A circulação das forças de trabalho é o momento da submissão do trabalhador às exigências do mercado, aquele em que o trabalhador, à mercê do capital e das crises periódicas, se desloca de uma esfera de atividade para outra; ou por vezes aquele em que sucede o trabalhador ser "sensível" a toda variação da sua força de trabalho e da sua atividade, que lhe deixa antever um melhor salário GAUDEMAR (1977, p. 194).

O autor afirma, ainda, que a mercadoria proveniente do trabalhador (a força de trabalho), deve ser compreendida enquanto livre sob dois pontos de vista:

> Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade; o trabalhador é então considerado como actor da sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre (GAUDEMAR, 1977, p.190).

Ao trabalhador não sobram muitas alternativas a não ser se sujeitar às regras ditadas pelo capital, e se mobilizar em busca de melhores oportunidades, não importando muito o emprego, mas sim, os ganhos que podem ser obtidos com ele. As migrações como produtos específicos do modo de produção capitalista devem ser compreendidas, a partir dessa perspectiva, em função das suas relações entre mobilidade da força de trabalho e mobilidade do capital. A partir da leitura da obra de Marx, Gaudemar (1977) concebe o trabalho como forma de trabalho em atividade, e a acumulação de capital como relação social que se desenvolve qualitativa e quantitativamente.

Segundo Póvoa Neto (1997, p. 19), a mobilidade da força de trabalho pretende ressaltar que as migrações não podem ser encaradas fora da realidade do *trabalho social*, e sim como pressupostos *econômicos* do mesmo. A atenção às migrações conduz necessariamente, portanto, às condições em que ocorre a produção e se estruturam as relações de trabalho em um determinado espaço. A reestruturação produtiva do espaço participa, portanto, das condições da mobilidade da força de trabalho. Nesse sentido, de acordo com Rocha (1998, p. 10), os meios de trabalho em exercício são as forças de trabalho, força produtiva. O desenvolvimento das forças produtivas criam as relações de produção que se apropriam da natureza e, portanto, do "espaço". "As relações de trabalho efetivam a apropriação social da natureza pelo homem, o trabalho humano implica uma interação entre natureza, meios e objetos de trabalho, com a comunidade de trabalho. Define-se assim a força de trabalho."

A mobilidade forçada é vista a partir da mercantilização do homem, o homem se torna uma *mercadoria* em *movimento*. Peliano (1990) considera que nessa perspectiva, a circulação da força de trabalho é o momento da *submissão* da mobilidade do trabalhador às exigências do mercado, onde o trabalhador se desloca geográfica e funcionalmente em razão do capital(ismo). Em síntese, a mobilidade vista a partir do sistema de produção capitalista é regida por uma lógica própria, onde capital e trabalho se articulam dando a forma de uma mobilidade da força de trabalho, portanto, de uma mobilidade forçada. O indivíduo nesta análise é compreendido como uma mercadoria a serviço do capital, o seu deslocamento no espaço é determinado pelas leis gerais de acumulação capitalista.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo seria o motor da mobilidade do trabalho. Para Póvoa Neto (1997, p. 19), nessa concepção, "a migração não é pois mero mecanismo de

redistribuição espacial de populações, adaptando-se às solicitações do sistema econômico". Em estruturas capitalistas marcadas pela rigidez ou expansão de sua morfologia econômica, as formas de mobilidade do trabalho surgem como fenômenos de submissão e não de liberdade, devido à tendência geral do capitalismo de açambarcar todas as formas pretéritas de produção. Nesse sentido, o trabalho e a força de trabalho se tornam uma mercadoria.

Logo, na concepção da mobilidade do trabalho, a mobilidade se liga à produtividade e à expansão física (geográfica) do capital, apresentando-se como *condição* e *conseqüência* do desenvolvimento das forças produtivas. Por seu papel essencial no processo de acumulação, as condições em que ela se manifesta podem retratar a própria natureza do *ciclo econômico*, na medida em que permite o uso extensivo da força de trabalho pelo capital (SALIM, 1992, p. 128).

Para Harvey (2005, p. 64), a expansão territorial do capitalismo se dá pela *intensificação geográfica*, pois, "Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação". Ou seja, o capitalismo precisa constantemente de novas áreas para a produção de mercadorias para a sua expansão que, na perspectiva espacial, se daria através da criação e intensificação das relações de produção em uma nova área. Considera que a expropriação violenta dos meios de produção é o principal condicionante que põem excedentes de capital na mão de poucos, enquanto a maioria é forçada a tornar-se trabalhador assalariado para viver. "O ponto importante, no entanto, é reconhecer que os excedentes de capital e força de trabalho podem ser gerados *fora* da circulação do capital, e mobilizados mediante diversos processos de acumulação primitiva e concentração geográfica" (p. 134). Assim, a mobilização do trabalho está vinculada à venda da força de trabalho ao capital que necessidade de um ponto ou área no espaço para a produção.

Para isso, o capital e a força de trabalho devem se unir em algum ponto específico do espaço para ocorrer a produção. Conforme Harvey (2005, p. 150), a capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, "depende da criação de infra-estruturas físicas e sociais fixas, seguras e, sem grande medida, inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço".Contudo, essas infra-estruturas necessárias absorvem capital e força de trabalho na sua produção e manutenção. E, assim, parte da totalidade do capital e da força de trabalho tem de ser imobilizada no espaço, congelada no espaço, para proporcionar maior liberdade de movimento ao capital.

As migrações, justamente por serem produtos específicos do capitalismo, se manifestam por vários tipos de fluxos e direções de deslocamentos e, mais ainda, são geradas e, portanto, caracterizadas pelas transformações nas relações de produção espacial e diferenciadamente estabelecidas na sociedade e produtora de dinâmicas sócio-territoriais. Estudar as migrações, portanto, é reportar às condições sob as quais se realiza a produção e às relações de trabalho correspondentes a um país, região, estado ou município a fim de estabelecer sua dinâmica específica territorialmente materializada. Nesse sentido, apontamos para a compreensão da mobilidade da força de trabalho aliado a perspectiva territorial, isto, relacionado à produção, organização, territorialização e controle das relações de produção (do trabalho e do capital) em um território.

O território passa, nesses aspectos, a ter importância fundamental para a compreensão da mobilidade espacial do capital e do trabalho na perspectiva de análise em nosso estudo. Nesse sentido, Milton Santos (2006), considerou em sua argumentação a utilização do território, em que o "uso" (econômico, na maioria das vezes) é o seu definidor, aliado às técnicas e às redes. O autor em sua conceituação e proposição teórico-metodológica utiliza a expressão "*território usado*" como sinônimo de espaço geográfico. O território compõe, nessa pesrpectiva, um "conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial", ou seja, sua base material natural e/ou produzida e seu "uso", que se constituiria através da "base técnica e das práticas sociais". Aqui, portanto, Santos concebe o território para além da técnica, assumindo as práticas sociais, da política e, assim, de poder da sociedade que incide e (trans)forma o território. Além disso, traz (como o faz para o espaço) a dialética entre o novo/velho, as modernizações (seletivas) e as épocas (o tempo).

Desse modo, pretendemos nessa pesquisa analisar a relação da mobilidade sulista do capital e do trabalho para o Mato Grosso do Sul, especialmente, para Dourados buscando

discutir e analisar as relações de apropriação, dominação e uso do território pelo complexo agroindustrial da soja, que transformou as relações sociais produzindo simultaneamente riqueza e pobreza. Essas relações efetivadas pelos migrantes sulistas desencadearam uma nova formação de ordenação e disposição espacial vinculada às redes de uma econômica moderna global, que produziu um território extrovertido, isto é, voltado para os interesses e projetos internacionais do capital e do Estado para a produção de grãos.

Mobilidade sulista do capital e do trabalho para Dourados: o processo contraditório da modernização do território pelo agronegócio

A agroindústria da soja, que vem se expandindo em Mato Grosso do Sul desde a década de 1970 de maneira efetiva, se caracteriza por ser grande absorvedora de tecnologia e, portanto, de capital e de mão-de-obra cada vez mais especializada nas lavouras. Por isso, essas implementações técnicas introduziram novas relações com o espaço, com implicações de ordem social, econômica, política e territorial que estão atreladas, fundalmentalmente, à mobilidade espacial do capital e do trabalho. O que propomos aqui é compreender essas novas relações implementadas pela mudança de padrão de acumulação de capital, especialmente aquelas novas relações atreladas com a mobilidade espacial do capital e do trabalho sulista para o território sul mato-grossense.

Isso se justifica pela expressiva migração sulista do capital (ou dos atores que personificam o capital) e da força de trabalho que se deslocaram para o estado de Mato Grosso do Sul. A partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE (na tabela 1, a seguir), podemos assinalar que no ano de 1970 migraram para o estado 44.213 sulistas, destacando-se o fluxo de origem paranaense com 38.111 migrantes; em 1980 migraram 116.365 sulistas, sendo 98.571 de origem paranaense; em 1991 deslocaram 67.664 para o estado, sendo 51.363 oriundos do estado do Paraná; e, em 2000 o fluxo migratório aumenta consideralvemente deslocando-se 164.012 sulistas para o território sul mato-grossense sendo, destes, 114.641 de origem geográfica do Paraná. Esses dados demonstram, de modo geral, a relevância da migração sulista para o território sul mato-grossense, tendo destaque para a mobilidade paranaense que, durante o período de 1970 a 2000, sempre expressou o maior contingente de migrantes.

Tabela 1: Migração sulista para o Mato Grosso do Sul - 1970 a 2000	
Ano: 1970	**Migrantes**
Pessoas naturais do Paraná	38.111
Pessoas naturais de Santa Catarina	1.019
Pessoas naturais do Rio Grande do Sul	5.083
Total de migrantes sulistas no estado	44.213
Ano: 1980	**Migrantes**
Pessoas naturais do Paraná:	98.571
Pessoas naturais de Santa Catarina:	3.780
Pessoas naturais do Rio Grande do Sul:	14.014
Total de migrantes sulistas no estado:	116.365
Ano: 1991	**Migrantes**
Pessoas naturais do Paraná:	51.363
Pessoas naturais de Santa Catarina:	5.354
Pessoas naturais do Rio Grande do Sul:	10.947
Total de migrantes sulistas no estado:	67.664
Ano: 2000	**Migrantes**
Pessoas naturais do Paraná:	114.641
Pessoas naturais de Santa Catarina:	12.296
Pessoas naturais do Rio Grande do Sul:	37.075
Total de migrantes sulistas no estado:	164.012
FONTE: IBGE, Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2000.	

FONTE: IBGE, Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2000.

O movimento migratório sulista para o estado de Mato Grosso do Sul se mostra expressivo e atual, pois está ligado à expansão da fronteira agrícola, especialmente às transformações operadas no padrão de acumulação que se inter-relaciona com a globalização, que "aproxima" as mais variadas e distantes áreas do globo terrestre à dinâmica produtiva global da acumulação capitalista como, por exemplo, através expansão da cultura da soja e do agronegócio. As transformações mais recentes do sistema capitalista no contexto da globalização revelam novas formas de mobilidade espacial da população, do capital e da força de trabalho. O modelo de acumulação, impulsionado pelo progresso técnico-científico-informacional (SANTOS, 2004), busca a reprodução ampliada do capital através de novas articulações do espaço/tempo (HARVEY, 1994). Assim, à medida que os meios técnicos e tecnológicos permitem uma reestruturação e re-funcionalização de territórios, as modernizações técnicas e tecnológicas ao mesmo tempo homogeneízam e fragmentam o espaço, dependendo da ênfase na qualidade particular dos lugares e de seus interesses para o capital, tendo inerente a inter-relação com a mobilidade da força de trabalho e do capital (SILVEIRA, 1999).

Em países semi-industrializados como o Brasil, em regiões antes consideradas periféricas, a exemplo do Centro-Oeste, sob o impulso da técnica, há condições para atividades com alto nível de capital, tecnologia e organização, criando condições e sendo condicionado pela mobilidade do capital e da força de trabalho (BERNARDES, 1996). No Mato Grosso do Sul, as

atividades agroindustriais estão concentradas, especialmente, em Dourados, que, através de uma rede de atividades produtivas modernas expande-se territorialmente interligando vários municípios da porção sul do estado, o que fez com que houvesse intensa atração de capital e de força de trabalho a partir das transformações consubstanciadas da década de 1970 em diante.

No início dos anos 1970, com o objetivo de abastecer os centros urbanos e de incentivar a exportação de produtos agroindustriais (soja, milho e trigo principalmente), o governo brasileiro colocou em ação programas que se constituíram no sustentáculo do desenvolvimento que se iniciava no Brasil, especialmente nas regiões Centro-Oeste e Amazônia, desencadeando uma política que visava o aumento da produção e da produtividade em atividades agropecuárias voltadas para o mercado externo (CASTRO *et al*, 1994). De acordo com Silva (2003), as grandes empresas, via de regra oriundas do Centro-Sul, quase sempre se deslocaram para a região dispondo de instrumentos técnicos que aumentam o seu poder, *mobilizando* importantes recursos de capital para esse espaço, seja em termos de instalações, maquinários e equipamentos, seja em estoques armazenados ou em infra-estrutura e, consequentemente, gerando atração de mão-de-obra para essas atividades.

O Mato Grosso do Sul procurou desenvolver as condições de integração em uma dinâmica de mercado global, a partir do complexo agroindustrial da soja gerenciado por empresas, por atores (migrantes sulistas que personificaram o capital) e por migrantes que acompanharam o capital como força de trabalho, especialmente a de origem sulista (MENDONÇA, 1989). Com a ampliação da introdução de mudanças nos transportes e comunicações, de acordo com Lamoso (1999), ampliaram-se os fluxos e a velocidade do deslocamento de capital e de pessoas, assim como a transmissão da informação, possibilitando a participação em âmbitos de comercialização mais amplos, instituindo no território as condições que mais favoreçam o processo de acumulação e a mobilidade de capital e de força de trabalho.

Conjugou-se, portanto, geográfica e historicamente com a mobilidade sulista do capital e do trabalho no Centro-Oeste e no Norte do Brasil, o "ideal linear" de uma modernização amplamente comandada pelos interesses privados e uma natureza dominada pela planura que, ao mesmo tempo em que estimulava o padrão geométrico de ocupação e facilitava a mecanização agrícola (HAESBAERT, 1996), condicionava também as disputas territoriais em termos de limites entre propriedades, entre municípios, entre os Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (SOUZA, 1997).

Como considera Andrade (1994 e 2001), com a expansão do povoamento do Centro-Oeste e da Amazônia, com a exploração da floresta pelas madeireiras, seguida da cultura da soja e da pecuária extensiva, provocaram fortes impactos sobre a população local (indígenas, sobretudo) e os migrantes que chegaram a essas áreas modificaram as paisagens impondo uma nova organização sócio-territorial. Esse avanço provocou, para o autor, a criação de novas unidades territoriais como, em 1977, a criação do estado de Mato Grosso do Sul, desmembrado do estado de Mato Grosso. O estado, aliás, teve, segundo Jovam Vilela da Silva (1996), um gaúcho como primeiro governador, Harry Amorim Costa que, através das suas boas relações com o presidente da época Ernesto Geisel, e das suas intenções na criação de uma nova unidade político-administrativa, o levou ao poder do recém criado território de Mato Grosso do Sul.

Com a mobilidade sulista desencadeou-se em território sul-mato-grossense e, em Dourados de maneira especial, à linearidade do padrão retangular da maioria das unidades agrícolas (sobretudo, aquelas cujos donos eram sulistas). Para Oliveira (1993), um novo arranjo territorial se impôs com a mobilidade do capital e de trabalhadores do Sul do Brasil e com isso os vetores da modernização agrícola são territorializados com suas normas, suas regras oriundas da expansão do capitalismo global com a expansão da fronteira agrícola.

Para Castro (1996, p. 290), o processo de modernização constitui-se na "mudança econômica, social e política pelo qual são superadas estruturas consideradas 'tradicionais', criando novas formas de produção, mecanismo racionais de dominação e novos padrões de comportamento". Para a autora, do ponto de vista econômico, a "modernização envolve expansão e transformação do sistema produtivo mediante a incorporação de inovações técnicas". Os desdobramentos sociais, políticos e territoriais desta incorporação são muitos pois cada inovação pode transformação profundamente a distribuição geográfica da produção, as relações de trabalho e as relações de poder dos agentes do sistema produtivo.

Assim, com o processo de modernização o território de Mato Grosso do Sul passou a ter uma nova *funcionalidade*: o de produzir alimentos, sobretudo, para o mercado exterior que através da geométrica da modernização implantada, caracterizou cada vez mais Dourados como um ponto nodal de grande produção de soja e de milho do estado sendo, caracterizada por isso, como o lugar modelado/organizado/produzido por essa modernização do capital global que, pela sua rapidez e intensidade, transformou em pouco tempo as relações políticas e econômicas do município e do estado (SILVA, 1992). O território teve sua função alterada, passou a ser comandado "de fora", pelos atores do capital global, cujos vetores dessa modernização foram levados e implementados, em grande medida, pelos migrantes sulistas, especialmente, aqueles que personificaram e personificam o capital monopolista. O território, por isso, se tornou extrovertido (SANTOS & SILVEIRA, 2006), tendo ordens e funções econômicas e políticas comandadas em grande parte por forças exteriores ao país, sobretudo ligadas às bolsas de valores (BMF, por exemplo), aos capitais transnacionais e aos interesses/intencionalidades do mercado exterior na produção de monoculturas como a soja e aos projetos do Estado em relação à exportação de produtos primários.

Redes em linha reta, velocidade de movimento, maior agilidade no processo produtivo e conseqüentemente maior rotatividade e *intensificação geográfica* do capital e da força de trabalho (HARVEY, 2005) foram elementos que estiveram e estão intimamente ligados a essa nova dinâmica territorial com a expansão da fronteira agrícola. Alguns atores personificam de maneira mais radical esta "condição moderna", agentes da globalização, da busca obsessiva pelo novo e de uma verdadeira paixão pelo movimento, pela "abertura de novas fronteiras" como afirmam alguns sulistas (paranaenses, gaúchos e catarinenses) que migraram para o Mato Grosso do Sul e para outros estados do "interior" do Brasil (HAESBAERT, 1995 e 1997). Foram "os desbravadores", "novos bandeirantes", geralmente são aqueles que foram mobilizados pela busca de terra (com menores preços e com maiores áreas) e pelas novas condições econômicas, especialmente, para a mobilidade da força de trabalho e para a mobilidade do capital, da terra barata e do lucro.

De acordo com Silva (1992) a cidade de Dourados passou a centralizar relações vinculadas ao agronegócio, sendo importante centro de gerenciamento da produção, seja no armazenamento e comercialização da soja, seja na comercialização de insumos (sementes, abudos, agrotóxicos dentre outros) para as lavouras, além de infra-estrutura para as máquinas pesadas utilizadas na agricultura moderna como, oficinas mecânicas, borracharias, lojas de peças dentre outros. Esses empreendimentos, contudo, muitos foram criados e são gerenciados/controlados atualmente por migrantes sulistas como, por exemplo, em Dourados a Agrobonser (comércios de insumos agrícolas), Comid Máquinas Agrícolas, Viacampus Agropecuária e a Cooperativa Cotrijuí (de origem sul rio-grandense) que posteriormente foi desmembrada originando a COAGRI – Cooperativa Agropecuária e Industrial e que recentemente foi vendida para outro grupo.[1]

O processo de modernização capitalista implementado em Dourados a partir da década de 1970, é de tal magnitude que poderíamos denominar o município como um desses espaços-rede transnacionalizados (SANTOS, 1997), e que circunscrevem e revelam suas marcas geográficas através de um jogo multiescalar do capital e da política que acompanha as normas e as regras que se difundem, atuam e des-territorializam o capital nas suas diversas formas de manifestação e concretude territorial, sobretudo, no campo, isto é, na agricultura com o processo de agroindustrialização em Mato Grosso do Sul.

[1] "A COOAGRI possui a idade do Mato Grosso do Sul. "Nascemos juntos". No inicio éramos uma regional da COTRIJUI, com sede em Ijuí RS. 0 ponto de partida foi o ano de 1977. Participamos do processo de crescimento da fronteira agrícola e fomos agentes ativos da sedimentação da agricultura no Estado. Em 1990, por decisão soberana dos associados, surgiu a COOAGRI, desvinculando se jurídica e politicamente da "cooperativa mãe". Nesta época, a COOAGRI já operava o primeiro grande frigorífico de aves em Dourados e moderna indústria de beneficiamento de milho em Maracaju. Sempre esteve presente na produção de sementes, com qualidade reconhecida e disputada. Incentivou a pesquisa agropecuária, criando e mantendo a Fundação MS em Maracaju e região. Planejou e executou uma forte estruturação em toda sua cadeia produtiva, resultando no que hoje somos. Em 1999 após concluso o processo de reestruturação a cooperativa começa a se tornar uma forte empresa do ramo agropecuário do estado, tendo seu processo de reestruturação como modelo onde fora analisado por varias outras empresas do mesmo segmento" (Disponível em *www.agrosoft.org.br/agropag).*

A agroindústria da soja constitui um desses investimentos dinâmicos seletivos, que ocorre de forma desigual no território em Mato Grosso do Sul, concentrando-se de forma exemplar em Dourados. Vejamos os dados da tabela 2 da produção de soja em Mato Grosso do Sul e em Dourados.

Tabela 2: Produção de soja em Mato Grosso do Sul e Dourados (1990 a 2007)		
Quantidade produzida (Toneladas)		
Ano	**Mato Grosso do Sul**	**Dourados - MS**
1990	2.038.614	209.610
1991	2.017.935	186.480
1992	1.871.188	170.380
1993	2.289.171	215.000
1994	2.392.506	231.300
1995	2.283.546	269.740
1996	2.003.904	230.000
1997	2.184.283	240.000
1998	2.319.161	178.860
1999	2.799.117	275.000
2000	2.486.120	212.800
2001	3.115.030	330.750
2002	3.267.084	324.000
2003	4.090.892	407.247
2004	3.282.705	179.208
2005	3.718.514	291.600
2006	4.153.542	364.800
2007	4.846.031	434.000

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

A partir da mobilidade sulista do capital e da força de trabalho territorializou-se, portanto, um complexo agroindustrial no estado, tendo Dourados como um ponto nodal de convergência dos atores do capital global estabelecem um *know-how* geográfico no território, sobretudo no campo, que com a "permissão" do Estado, é monopolizado pelas grandes corporações econômicas (como as cooperativas agrícolas, principalmente) (MIZUSAKI, 2004). Essa produção também está atrelada aos incentivos e subsídios do Estado através da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO – que atingiu Mato Grosso do Sul e o Centro-Oeste de maneira expressiva (em número de pessoas e em transformação sócio-territorial) a partir da década de 1970 (ABREU, 2001).

Segundo Mendonça (1989) com a territorialização dessas corporações econômicas oriundas da mobilidade sulista do capital e da força de trabalho ocorreram novos arranjos e disposições territoriais (como abertura e melhoria de estradas, da maior difusão da informação, da técnica e da tecnologia com o espraiamento [desigual] do meio técnico-científico-informacional) que irradiaram e possibilitaram melhores fluxos de pessoas e de capital, com o escoamento da produção e com a chegada de máquinas e inovações tecnológicas, além, é claro de atração de mão-de-obra para o trabalho. Aliado à migração e, em especial, aqui, a de origem geográfica sulista temos o aumento populacional do município de Dourados a partir da década de 1970,

como podemos verificar na tabela 3 a seguir.

Dourados				Mato Grosso do Sul
Anos	Urbana	Rural	Total	Total
1970	31.599	47.587	79.186	998.211
1980	84.849	21.644	106.493	1.369.567
1991	122.856	13.128	135.984	1.780.373
1996	139.695	13.486	153.181	1.927.834
2000	149.679	14.995	164.674	2.078.001
2001	-	-	168.197	-
2002	-	-	171.043	-
2003	-	-	173.872	-
2004	-	-	179.810	-
2005	-	-	183.096	-
2006	-	-	186.357	-
2007	-	-	181.869	2.265.274
2008	-	-	187.601	2.335.345
2009	-	-	189.762	2.359.744

Fonte: IBGE, Vários Censos Demográficos, Contagens e estimativas populacionais.

Podemos verificar que a população de Dourados aumentou em quase 25 mil pessoas em 9 anos, pois, em 2000 eram 164.949 habitantes e em 2009 estima-se que sejam 189.762 pessoas. Quando comparado com o ano de 1991, há 18 anos, é que se pode ver o quanto a população da cidade cresceu até 2009. Em 1991 eram 122.856 habitantes na cidade, ou seja, daquele ano até 2009, quase 67 mil pessoas chegaram ao município! Assim, Dourados é hoje a segunda maior cidade do Mato Grosso do Sul.

Assim, esse processo de modernização do território sul mato-grossense se insere numa dinâmica muito mais ampla da criação de espaços mundiais econômicos, onde uma rede planetarizada interliga-se através de redes de informação/circulação/produção conteúdo técnico e tecnológico, que permitem novos ritmos muito mais acelerados ocorrendo transformações sócio-territoriais. Para Elias (2003), essas redes transnacionais do capital constroem uma trama hierárquica de fluxos econômicos comandados a partir do exterior por empresas multinacionais ligadas ao campo, sobretudo, aquelas ligadas a produção de insumos (sementes, agrotóxicos, adubos etc.) e ao transporte e comercialização (circulação e venda de mercadorias).

Com uma modernização arrasadora trazida pelos migrantes sulistas (sobretudo, por aqueles que personificam o capital) a partir da década de 1970 ao estado do Mato Grosso do Sul, os ritmos do capital e da tecnologia globais exigiram uma nova ordenação do espaço sendo a mais linear e geometrizada possível, especialmente no campo, onde os circuitos de informação, de produção e de circulação de mercadorias pudessem fluir sob o menor constrangimento espacial e temporal possível como na porção sul do estado onde o município de Dourados polariza as relações do agronegócio (do capital) e também como grande centro absorvedor de mão-de-obra (SOUZA, 2008). A geografia dos espaços reduzidos e tempos de longa duração dos

antigos habitantes (indígenas e "caboclos") de Mato Grosso do Sul viu-se, portanto, radicalmente alterada por esse novo cenário e essa nova paisagem dos complexos agroindustriais que impuseram o tempo breve, veloz da técnica e do lucro arrasador e a escala macro das grandes corporações/explorações capitalistas, além, do capital globalizado.

Com a migração sulista do capital e do trabalho houve a ocupação e apropriação privada de amplas parcelas de terras que se acelera na década de 1970 e que se consolida na década de 1990 com a ampliação do fluxo de migrantes sulistas (como verificado na tabela 1) e de empresas do agronegócio (em sua grande maioria, de mesma origem geográfica) para Dourados e Mato Grosso do Sul. O resultado desse processo de ocupação e de apropriação privada da terra foram os conflitos desencadeados com os indígenas e com as populações locais que viram suas terras (parte ou grande parte delas) transformadas em mercadorias e atualmente supervalorizadas pela monocultura da soja e por um mercado imobiliário do qual, também, participam muitos latifundiários sulistas reproduzindo um forte controle territorial sobre a produção do espaço agrícola e urbano.

Com a entrada avassaladora da monocultura da soja e do agronegócio em Dourados, as manifestações de mudanças operaram-se tanto sobre o espaço agrícola que se alterou com o novo aparato técnico e tecnológico se tornando homogêneo e geométrico, e sobre o espaço da cidade que ganha novas formas e funcionalidades, sobretudo aquelas ligas ao agronegócio, a cultura da soja e ao capital internacional. Por isso, tanto o município de Dourados bem como grande parte do estado de Mato Grosso do Sul, especialmente, a sua porção sul, revelam processos contraditórios da recente modernização implementada, pois transformaram-se simultaneamente em espaços de produção de riqueza e espaços de produção de pobreza manifestando conflitos e crises, como, por exemplo, entre latifundiários e indígenas. Esse conflito atualmente ganha novos contornos e maior tensão com a proposta do Estado juntamente com a FUNAI, para a demarcação das terras indígenas no estado que estão acarretando discussões, protestos e mobilizações de ambos os lados envolvidos na questão, desembocando tensões no interior do município de Dourados e em vários outros municípios de Mato Grosso do Sul.

Assim, as modernizações no território sul mato-grossense ao mesmo que se anunciam como formas inovadoras que aceleram o ritmo da produção aumentando a produtividade e tendo maior circulação das mercadorias sob a liderança de empresas globais, evidenciam cada vez mais a expropriação de pequenos proprietários e a precarização das condições de vida de indígenas que, "enclausurados" em reservas, tem como única possibilidade venderem sua força de trabalho nas lavouras modernas de grãos e/ou no corte da cana-de-açúcar. Assim a modernização implementada pelo complexo agroindustrial da soja em Dourados e em Mato Grosso do Sul se caracteriza por realizar descompassos e contradições sócio-territoriais, pois, ao mesmo tempo em que produz riqueza reproduz pobreza e precarização das condições de vida das populações locais, sendo os indígenas os sujeitos exemplares desse processo de precarização e exclusão sócio-territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os migrantes sulistas classe média e alta reterritorializaram-se, transplantado para Dourados e Mato Grosso do Sul a "própria" paisagem da região de origem (do Paraná, de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul), buscando construir e controlar novos territórios (municípios, distritos e até o estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo), ou, pelo menos, fazer alianças com as elites locais, tendo como território dessas negociações e tramas territoriais e de poder econômico e político os Centro de Tradições Gaúchas - CTGs. Municípios como Dourados, Ponta Porã, Maracajú, Chapadão do Sul, Amambaí, Jardim, Nova Alvorada do Sul, Eldorado, Mundo Novo, São Gabriel do Oeste dentre outros tiveram suas origens atreladas com a migração sulista e com a expansão do agronegócio, especialmente, com a cultura da soja. Por isso, a participação econômica e política nesses municípios de sulistas é de grande relevância, pois articulam a produção e organização desses territórios em torno do complexo agroindustrial que está vinculado, portanto, a mobilidade do capital e da força de trabalho.

Esses migrantes atraídos pelas novas oportunidades e pelas terras baratas em sua expansão capitalista (especialmente através do plantio de soja, viabilizado no Centro-Oeste

graças aos direcionamentos/investimentos em infra-estruturas pelo estado via biotecnologia através de melhoramentos genéticos produzidos pela EMBRAPA), esses "novos pioneiros" aproveitaram incentivos fiscais do Estado através da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO – atingindo Mato Grosso do Sul de maneira expressiva (em número de pessoas e em transformação sócio-territorial) a partir da década de 1970.

Economicamente, o estado do Mato Grosso do Sul parece estar ligado ao processo de abastecer/integrar-se ao mercado externo e estruturando materialmente de acordo com os interesses do capital global, como se o sulista tivesse chegado ao território para utilizá-los como uma espécie de "plataforma de produção agrícola". O que se verifica, portanto, é um território que está incorporado cada vez mais de maneira incisiva ao mercado externo, as relações e demandas oriundas do exterior, mercado e intencionalidades do capital transnacional atuando no sentido de dar uma função socioespacial ao território de Mato Grosso do Sul, sendo que Dourados expressa essa dinâmica com muita força em sua produção sócio-territorial e consequentemente nas relações que se desdobram em função da mobilidade do capital e da força de trabalho. Contraditoriamente, toda essa modernização produziu, de um lado, para os latifundiários, riqueza, e de outro, para as populações locais, especialmente para os indígenas, pobreza através da precarização das condições de vida sendo resultado dos descompassos dos projetos políticos do Estado com a mecanização e com o modelo de exportação implantado na agricultura a partir da década de 1970 em território brasileiro.

Referências

ABREU, S. **Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense – contexto, propósitos e contradições**. São Paulo: USP/FFLCH, Tese (Doutorado), 2001.

ALVES, V. E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauenses**: formação territorial no império do agronegócio. Tese de Doutorado em Geografia. USP: São Paulo, 2006.

ANDRADE, M. C. de. Brasil: Globalização e regionalização. **Geographia**. Ano III, n 5, Universidade Federal Fluminense, 2001.

_____. **Modernização e pobreza**. São Paulo:Editora da UNESP, 1994.

BERNARDES, J. A. As estratégias do capital no complexo da soja. *In*: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp. 325-366.

CASTRO, I. E. de. Seca *versus* seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. *In*: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp. 283-324.

CASTRO, S. P. *et al*. **A colonização oficial em Mato Grosso: "a nata e a borra da sociedade"**. Cuiabá: EDUFMT, 1994.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP**. São Paulo: Edusp, 2003.

GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GOETTERT, J. D. **O espaço e o vento**: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

GRESSLER, L. A.; SWENSSON, L. J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**. Dourados: l988.

HAESBAERT, R. **"Gaúchos" no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade**. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: FFLCH-USP, 1995.

_____. "Gaúchos" e baianos no "novo" Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp. 367-418.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração "gaúcha" no Brasil. **Revista Território**, ano III, nº 4, jan./jun. 1998, pp. 55-71.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. *In*: RIBAS, A. D., SPÓSITO, E. S., SAQUET, M. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Unioeste: Francisco Beltrão, 2004.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, pp. 6774- 6792.

_____. **O Mito da Desterritorialização: do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, Milton *et al*. **Território, Territórios**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b.

HARVEY, D. **A produção do espaço capitalista**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HEIDEMANN, H. D. O migrante da racionalização global. *In*: **O fenômeno migratório no terceiro milênio**. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 15-18.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE, **Censos Demográficos** de 1970, 1980, 1991 e 2000 e Contagens populacionais de 1996 e 2007.

IBGE, **Produção Agrícola Municipal** – 1990 a 2007.

LAMOSO, L. P. Transformações recentes no território sul-mato-grossense. **Revista de Geografia (Campo Grande)**, Campo Grande-MS, n. 10, p. 31-43, 1999.

MAGALHÃES, M. V.. **O Paraná e as migrações – 1940 a 1991**. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado), UFMG/CEDEPLAR.

MARTINS, J. de S. **Fronteira***:* a degradação do Outro nos confins do humano. Hucitec: São Paulo, 1997.

MARX, K. **O capital**: crítica da econômica política. 2 ed. São Paulo: Nova cultural, 1985. Livro I. v. 1.

MENDONÇA, N. D. Chapadão dos gaúchos, MS: núcleo de uma franja pioneira. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 67, p. 51-67, 1989.

MIZUSAKI, M. Y. **Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul**. São Paulo/SP: FFLCH/USP, 2004. Tese (doutorado em Geografia Humana), USP.

MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NASCIMENTO, F. **Aceleração temporal na fronteira: estudo de Rondonópolis-MT**. São Paulo, 1997. 326f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, T. C. M. **Agroindústria e reprodução do espaço**. São Paulo: FFLCH/USP, 1993. Tese (doutorado em Geografia), USP.

PELIANO, J. C. **Acumulação de Trabalho e Mobilidade do Capital**. Brasília, Ed. da UNB, 1990.

PÓVOA NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. **Experimental**, n. 2, p. 11-24, março, 1997.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, M. M. A (in)determinação da noção de mobilidade nas ciências humanas. **Boletim de**

Geografia. Universidade Estadual de Maringá. Ano 16, v. 1, 1998, pp. 06-16.

SALIM, C. A. **"Migração: o Fato e a Controvérsia Teórica"**. *In*: VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais, vol. 3, São Paulo, ABEP, 1992. pp.119-144.

_____. O retorno do Território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 15-20.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo - Globalização e Meio Técnico - Científico Informacional**. 3 ed. Hucitec: São Paulo, 1997.

_____ *et al*. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

_____. **O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. O dinheiro e o território. *In*: SANTOS, M. *et al*. **Território, Territórios**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. S. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, C. A. F. da. **Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira**. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SILVA, J. V. **A divisão do Estado de Mato Grosso: uma visão histórica**. Cuiabá: UFMT, 1996.

SILVA, M. C. T. da. **Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados**. São Paulo: USP, 1992. Dissertação (mestrado em Geografia) FFLCH, Universidade de São Paulo.

SILVEIRA, M. L. **Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999.

SOUSA SANTOS, B. de. Os processos da Globalização. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, A. de O. **Mato Grosso do Sul no contexto dos novos paradigmas de integração e desenvolvimento nacional**. Editora UFGD: Dourados-MS, 2008.

SOUZA, C. F. de. **Terra e poder em Mato Grosso do Sul: as alianças políticas e os projetos de educação**. Tese (doutorado em educação), Piracicaba-SP, Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), 1997.

SWAIN, T. N. **Fronteiras do Paraná: da colonização à migração**. IPARDES, Curitiba, 1992, pp. 19-37.

TAVARES DO SANTOS, J. V. **Matuchos: exclusão e luta: do Sul para a Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

VAINER, C. B. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. *In*: VAINER, C. B. PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 251-274.

Artigo recebido em agosto de 2009.